



considerações sobre a fecundidade da população negra no Brasil*

Alicia M. Bercovich**

RESUMO - Estuda-se a evolução da fecundidade da população negra no Brasil no período compreendido entre 1940 a 1984. Incorporam-se nesta análise novos elementos e técnicas para reconstrução da evolução da fecundidade geral no período, como também estimativas de fecundidade marital. Isto permite, separar, parcialmente, a influência da idade à primeira união e o celibato nas estimativas de fecundidade elaborando hipóteses sobre controle voluntário do número de filhos e esterilidade nos diversos grupos étnicos. Ao trabalhar com categorias sócio-ocupacionais e níveis educacionais, observa-se que a fecundidade marital é mais ou menos sensível a mudanças de grupo social dependendo da cor dos cônjuges. Isto leva a retomar uma questão antiga no Brasil: em que medida são somente os fatores sócio-econômicos responsáveis pelas diferenças observadas nos indicadores demográficos, ou estas persistiriam ainda para grupos sócio-economicamente homogêneos? Somam-se argumentos em favor desta última posição para o caso da fecundidade.

1. INTRODUÇÃO

Com este trabalho pretende-se preencher uma lacuna existente no conhecimento da evolução da fecundidade da população negra no Brasil ao longo do século.

Diversos autores fizeram estimativas de fecundidade e natalidade para a população escrava em fins do século passado (Slenes, 1985, entre outros), enquanto Mortara (1953) tinha elaborado indicadores aproximados, baseado em dados dos Censos Demográficos de 1940 e 1950. Incorporam-se nesta análise novos elementos e técnicas para reconstrução da evolução da fecundidade no período compreendido entre 1940 e 1984, e estimativas de fecundidade marital. Estas últimas permitiram, pelo menos em parte, separar a influência da idade à primeira união e do celibato nas estimativas de fecundidade, e elaborar hipóteses sobre controle voluntário da prole e esterilidade nos diversos grupos étnicos.

* Versão modificada de trabalho apresentado no 1º Colóquio Internacional do Mundo de Expressão Portuguesa, realizado na Fundação Joaquim Nabuco.

** Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Uma primeira constatação interessante, é a relação inversa entre a fecundidade da população negra e a branca, observada nos EUA e no Brasil.

Nos estudos realizados sobre a evolução da fecundidade negra nos EUA, observou-se que esta apresentava níveis mais elevados que a população branca, desde a época da escravatura até a atualidade. Na reconstrução da evolução da fecundidade por grupos étnicos feita por Coale (1973), observa-se que as taxas começaram a declinar a partir de 1880, acompanhando movimentos semelhantes nos indicadores correspondentes à população branca e de outras populações de países que experimentavam rápido crescimento econômico. Porém, a fecundidade da população negra conserva sua superioridade sobre a fecundidade branca até a atualidade.

O caso do Brasil é diferente, já que a fecundidade da população preta foi consideravelmente menor que a da população branca, tanto na época da escravatura como na primeira metade deste século. A situação só se inverteu em fins dos anos sessenta, como consequência da queda violenta da fecundidade branca.

Por outro lado, a leitura de autores que estudaram a fecundidade negra nos Estados Unidos, levou também a detectar aparentes semelhanças no comportamento reprodutivo do grupo preto em ambos países, quando a análise era aprofundada a nível dos diversos grupos sociais. Ao trabalhar com categorias sócio-ocupacionais e níveis educacionais como "proxy" de grupos sociais no Brasil (o permitido pelo tipo de dado utilizado), observaram-se situações semelhantes às detectadas nos Estados Unidos: a fecundidade das mulheres pretas parecia mais sensível a mudanças de grupo social que a de brancas ou pardas. Em trabalho anterior (Bereovich, 1987), sugeria-se que as mulheres pretas mais instruídas seriam mais sensíveis aos valores culturais do grupo dominante. Diversas pesquisas nos EUA, chegaram a conclusões semelhantes (Bean, 1978) e deram origem a uma famosa polémica entre os sustentadores de hipóteses alternativas para a compreensão da fecundidade dos grupos étnicos: as hipóteses de "minority group status" e a de "características sócio-econômicas".

Na verdade, a opção por uma dessas teses responderia à uma questão antiga: em que medida são somente os fatores sócio-econômicos responsáveis pelas diferenças observadas nos indicadores demográficos, ou estas persistiriam ainda que se igualassem estes?

Neste artigo somam-se argumentos em favor desta última posição para o caso da fecundidade, relacionando com a discriminação racial o comportamento observado.

Tenta-se assim, avançar na compreensão da interrelação entre cor e fecundidade, observando as variações das estimativas para diversos subgrupos de população, enunciando possíveis interpretações e sugerindo orientação para pesquisas futuras.

Utilizaram-se para tal fim os dados disponíveis e tabulações especiais do Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1980, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 e resultados preliminares da PNAD de 1984.



2. EVOLUÇÃO DA FECUNDIDADE TOTAL - 1940/1984

Estimaram-se as taxas de fecundidade total por cor para 1940, 1950, 1960, 1980 e 1984, utilizando-se a metodologia proposta por Brass (1968) e a padronização descrita por Carvalho (1974). Por problemas de disponibilidade de dados desagregados do Censo de 1960, trabalhou-se com uma parte do total das Unidades da Federação nesse ano. Para poder comparar estes valores com os de 1980, estimou-se as taxas correspondentes em 1980, chamadas 1980 p. Dispõe-se portanto de dois conjuntos de estimativas para 1980: um comparável com 1960, e o outro com os demais anos, chamado 1980 t. (ver questões metodológicas no item 8).

Os valores obtidos figuram na Tabela 1:

TABELA 1
Taxas de Fecundidade Total Por Cor
Brasil
1940/1984

Ano	Branca	Preta	Parda	Total
1940	5,99	5,53	6,28	5,98
1950	6,07	5,80	6,92	6,25
1960	6,16	5,79	6,85	6,27
1980 p	3,44	4,86	5,25	4,07
1980 t	3,56	5,12	5,63	4,36
1984	2,96	4,30	4,38	3,53

FONTE: FIBGE, Censos Demográficos: 1940, 1950.
Censos Demográficos: 1960, 1980, PNAD 1984: Tabulações especiais.
* Extraído de Bercovich (1987).

Como pode observar-se, a fecundidade das mulheres pretas é sempre menor que a de pardas ou brancas até os anos 60, mudando esta situação a partir das estimativas correspondentes a 1980.

Se considerarmos que a população brasileira em seu conjunto, teve uma queda de fecundidade da ordem de 30% (National Academy, 1983a e Bercovich, 1986) entre 1960 e 1980, verificamos que as mulheres brancas foram responsáveis por parte importante desta queda, ao diminuir sua fecundidade 44% nesse período, contra 16% e 23% para pretas e pardas respectivamente.

Esta intensidade na mudança do comportamento das mulheres brancas, fez com que pela primeira vez a fecundidade das mulheres pretas fosse superior à destas.

A confirmar-se os valores para 1984, a queda mais intensa se dá para a população

parda (22% entre 1980 e 1984), e portanto as diferenças entre pretas e pardas tenderiam a diminuir. Também a brecha entre a fecundidade dos grupos branco e pardo, que ampliara-se ao longo do período 1940/80, teria começado a diminuir.

Ao fazer as mesmas análises para algumas Unidades da Federação, pode observar-se que esta queda foi diferente, em tempo e intensidade, para as diversas regiões do Brasil: a constatação é que aparentemente, a queda mais violenta da fecundidade de mulheres brancas se deu em Minas Gerais, no período 60-80, com uma diminuição de 50%. A Bahia teve um declínio mais moderado, já que ainda conserva uma fecundidade bastante elevada; e para São Paulo e Rio Grande do Sul a queda já tinha começado nas décadas anteriores. Quanto à população parda, começa a diminuir a fecundidade na década de 70, e na seguinte, começando a assemelhar-se com os valores obtidos para as mulheres brancas.

3. MULHERES SEM FILHOS E PROLIFICIDADE

Uma observação interessante a partir dos dados analisados é que, se até 1960 as mulheres pretas tinham uma fecundidade menor que os outros grupos de cor, este fato devia-se preponderantemente à maior proporção de mulheres sem filhos dentro desse grupo, e não à sua prolificidade, que era compatível a das mulheres brancas em 1940, e maior que a destas em 1950 e 1960, porém sempre num patamar menor que a prolificidade das mulheres pardas. Os valores respectivos figuram nas Tabelas 2 e 3.

TABELA 2
Proporção de Mulheres Sem Filhos
Brasil
1940/1980

Anos	Proporção de Mulheres Sem Filhos Por Cor (%)			
	Branca	Preta	Parda	Total
1940	38,5	41,7	39,6	39,2
1950	39,3	43,3	39,7	39,9
1960	37,1	43,6	40,1	38,6
1980	35,0	36,3	35,6	35,2

FONTES: Mortara, Giorgio (1953) e IBGE, Censos Demográficos 1960, 1980: Tabulações especiais.

Em 1950 e 1960, aproximadamente 44% das mulheres pretas de 15 a 49 anos não tinham filhos, à diferença das brancas, das quais só 37% não tinham filhos em 1960. Essa diferença leva a elaboração de hipóteses sobre a existência de fatores que influíram na fertilidade das mulheres pretas até 1960 (condições de saúde, por exemplo), ou a uma menor proporção de



TABELA 3
Prolificidade das Mulheres de 15 anos e mais Por Cor
Brasil
1940/1980

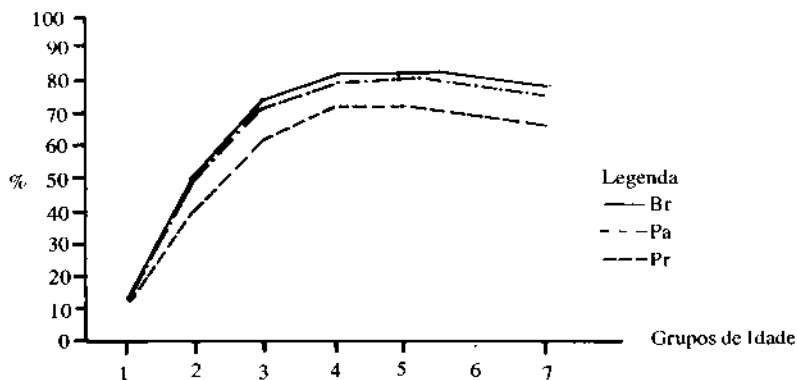
Anos	Número Médio de Filhos Por Mulher Que Teve Filhos Por Cor			
	Branca	Preta	Parda	Total
1940	541,4	542,5	552,7	543,4
1950	513,0	532,4	550,7	524,6
1960	490,0	530,0	566,0	510,0
1980	404,8	478,0	506,0	444,8

FONTE: FIBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950 e Tabulações especiais.
Censos Demográficos de 1960, 1980.
Extraído de Bercovich (1987).

mulheres unidas. Já em 1980, a proporção de mulheres sem filhos entre as pretas, se aproxima à das brancas (36,3% e 35%, respectivamente).

Com intuito de verificar a possibilidade de confirmação de uma ou outra hipótese, calculou-se a proporção de mulheres unidas segundo a cor para 1980, por grupos de idade (Gráfico 1). Observa-se que efetivamente a proporção de mulheres unidas é menor entre as pretas, para todos os grupos de idade.

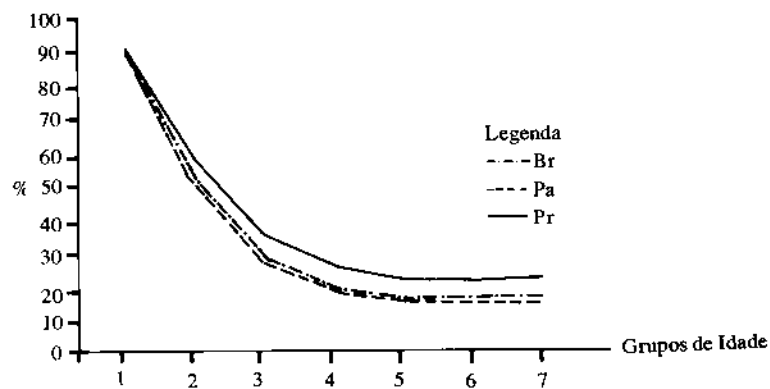
GRÁFICO 1
Proporção de Mulheres Unidas
Brasil
1980



FONTE: FIBGE, Censo Demográfico de 1980.

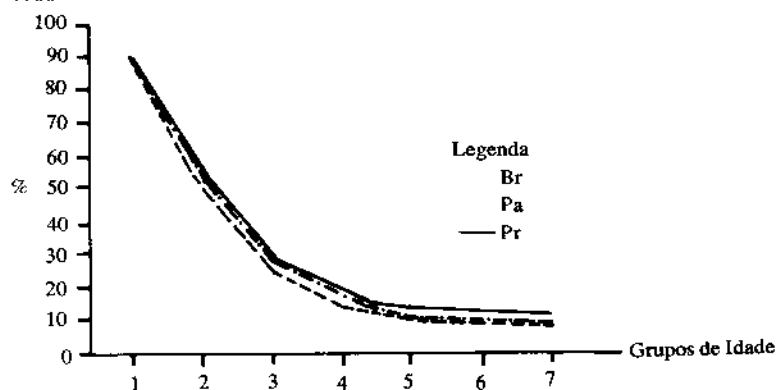
Também a proporção de mulheres sem filhos por cor e grupo de idade, é sempre maior para as mulheres pretas, a partir dos 30 anos de idade, tanto em 1960, como em 1980 (ver Gráficos 2 e 3).

GRÁFICO 2
 Proporção de Mulheres Sem Filhos
 Brasil
 1960



FONTE: FIBGE, Censo Demográfico de 1960.
 Extraído de Bercovich, 1987.

GRÁFICO 3
 Proporção de Mulheres Sem Filhos
 Brasil
 1980

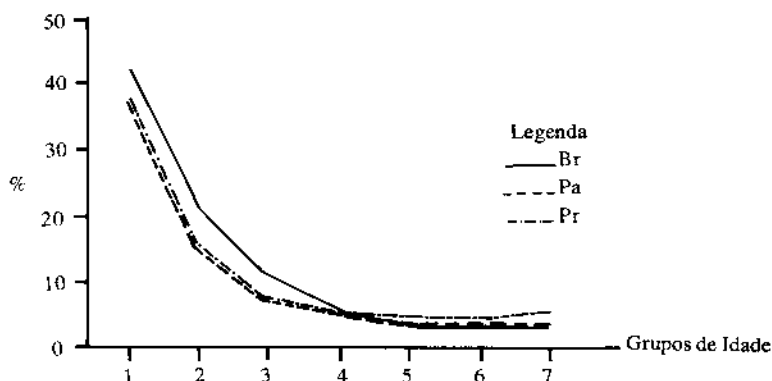


FONTE: FIBGE, Censo Demográfico de 1980.
 Extraído de Bercovich, 1987.



Considerando o ano de 1980, a proporção de mulheres unidas sem filhos é maior para as pretas que para as pardas ou brancas a partir dos 35 anos de idade (Gráfico 4).

GRÁFICO 4
Proporção de Mulheres Unidas Sem Filhos
Brasil
1980



FONTE: FIBGE, Censo Demográfico de 1980.
Extraído de Bercovich, 1987.

Esses fatores convergem para uma menor fecundidade da mulher preta, levando em consideração a possibilidade de confirmação de ambas as hipóteses simultaneamente. Avaliando os mesmos indicadores para as Unidades da Federação, observam-se as mesmas características que a nível nacional, porém com diferenças de magnitude.

Para comparação entre os vários anos, tomou-se como indicador sintético a proporção de mulheres de 45 a 49 anos sem filhos (Tabela 4).

TABELA 4
Proporção de Mulheres de 45 a 49 Anos Sem Filhos
Brasil
1940-1980

Ano	Proporção de Mulheres Sem Filhos Por Cor (%)			
	Branca	Preta	Parda	Total
1940	14,9	19,0	15,8	15,6
1950	15,9	19,9	15,9	16,4
1960	15,0	21,8	16,0	15,8
1980	9,9	12,8	8,5	9,6

FONTE: FIBGE, Censos Demográficos 1940 e 1950 – Tabulações especiais dos Censos de 1960 e 1980.

Para ver o possível efeito da nupcialidade nas diferenças encontradas para as mulheres pretas, calculou-se a taxa de unidas sem filhos para 1980, já que o dado equivalente para 1960 não está disponível (Tabela 5).

TABELA 5
Proporção de Mulheres Unidas Sem Filhos
Brasil
1980

Cor	Mulheres Unidas de 45 a 49 Anos Sem Filhos (%)
Branca	3,9
Preta	6,1
Parda	4,7

FONTE: Censo Demográfico de 1980 – Tabulações especiais.

Da observação das Tabelas 4 e 5 conclui-se que, mesmo que a nupcialidade influa no maior percentual de mulheres sem filhos entre as pretas, as diferenças por cor continuam quando se trabalha exclusivamente com mulheres unidas na data da pesquisa. A possível inter-relação de uma mortalidade diferencial por estado conjugal, teria que ser muito importante somente para a população preta, para justificar as diferenças apontadas. As análises mostram, no entanto que não existe tanta distância entre pretos e pardos, do ponto de vista da mortalidade como a observada no caso da fecundidade (Tamburo, 1987).

4. FECUNDIDADE E NÍVEL DE INSTRUÇÃO

Analisou-se a fecundidade das mulheres pertencentes a diversos níveis de instrução. O percentual de mulheres em idade fértil sem instrução ou com menos de um ano de estudo por idade e cor, figura na Tabela 6.

Dois observações depreendem-se dos dados apresentados na Tabela:

- A proporção de mulheres sem instrução aumenta com a idade, dando a idéia de uma melhora no nível de instrução da mulher ao longo das últimas décadas.
- O diferencial por cor é enorme para todas as idades, sendo maior para os grupos mais jovens e diminuindo com a idade. O percentual de pretas sem instrução é 2,9 vezes o de brancas para grupo de 15 a 19 anos chegando a 2,1 vezes para o último grupo de idade. Isso parece mostrar que a melhora geral do nível de instrução das mulheres não foi uniforme para os grupos de cor: também favoreceu às mulheres brancas.



TABELA 6
Proporção de Mulheres Sem Instrução, Segundo Grupo Etário e Cor
Brasil
1980

Idade	Proporção de Mulheres Sem Instrução Por Cor			
	Branca	Preta	Parda	Total
15-19	8,0	23,2	23,3	14,9
20-24	9,5	26,4	26,3	16,6
25-29	11,9	33,6	31,8	20,1
30-34	15,5	39,2	39,5	25,2
35-39	19,2	47,7	46,5	30,5
40-44	23,2	51,8	51,1	34,6
45-49	27,7	57,8	56,6	39,2
Total				
15-49	19,8	44,5	40,9	28,7

FONTE: Fundação SEADE - Tabulações especiais da amostra 3%, Censo Demográfico de 1980.

Feitas essas ressalvas, que sem dúvida influem nos cálculos da fecundidade, estimou-se as taxas de fecundidade total para grandes grupos de instrução. A escolha destes grupos foi feita para tentar poupar ao máximo os problemas que a mudança entre grupos poderia ocasionar, assim como a correlação entre fatores.

Decidimos então trabalhar com os grupos: sem instrução, sem instrução até 3 anos de estudo, 1 ano ou mais de instrução, 4 anos ou mais de instrução e 8 anos ou mais de estudo. Como pode observar-se, estes grupos não tem interseção vazia e são utilizados alternativamente combinações entre eles, conforme as conveniências da análise. O suposto básico nessa escolha, é que o número de mudanças entre os pares de grupos não coincidentes, será desprezível para as mulheres em idade fértil.

Na Tabela 7 figuram as taxas respectivas:

TABELA 7
Fecundidade Total Segundo Nível de Instrução e Cor
Brasil
1980

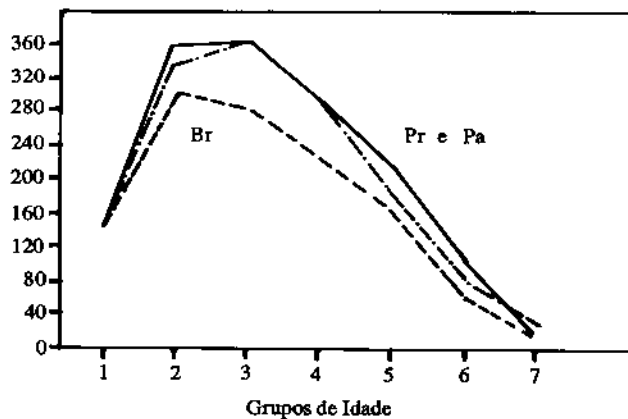
Nível de Instrução	Fecundidade Total Por Cor			
	Branca	Preta	Parda	Total
Sem Instrução	6,04	7,18	7,55	6,97
Até 3 Anos de Estudo	5,40	6,52	7,22	6,35
1 Ano ou Mais de Estudo	3,26	3,93	4,62	3,68
4 Anos ou Mais de Estudo	2,86	3,07	3,69	3,07
8 Anos ou Mais de Estudo	2,45	2,18	2,61	2,46

FONTE: FIBGE, Censo Demográfico de 1980 - Tabulações especiais.
Extraído de Bercovich, 1987

Da observação da Tabela depreende-se que:

- As diferenças entre as categorias extremas de instrução dentro de cada grupo de cor, são sempre mais acentuadas para a população preta que para o resto.
Como exemplo, ao comparar as categorias sem instrução e 8 anos ou mais de estudo, a diferença dentro do grupo branco é de 147%, contra 230% do grupo preto.
Já comparando a primeira categoria com o grupo de 4 anos ou mais de estudo (primário completo) aparecem diferenças de 112% para as mulheres brancas, 134% para as pretas e 104% para o grupo pardo. Poderia observar-se, então, que há uma influência maior do nível de instrução na população preta que na branca ou parda.
- Inversamente, comparando a fecundidade para um mesmo nível de instrução, a diferença na fecundidade das mulheres pretas e brancas sem instrução é de 20%, e só 5% entre pardas e pretas.
Passando ao grupo com primário completo, a diferença entre a fecundidade de brancas e pretas diminui para 7%, aumentando a brecha com a taxa das pardas para 20%. Nos Gráficos 5 e 6 pode-se observar as taxas específicas de fecundidade dos grupos sem instrução e com pelo menos primário completo respectivamente, mostrando as diferenças apontadas entre os três grupos.
É interessante observar, que para níveis baixos de instrução, o comportamento de pretos e pardos é semelhante, diferindo da população branca; para níveis mais elevados de instrução, o padrão de fecundidade das mulheres pretas assemelha-se mais ao das brancas, afastando-se do outro grupo.

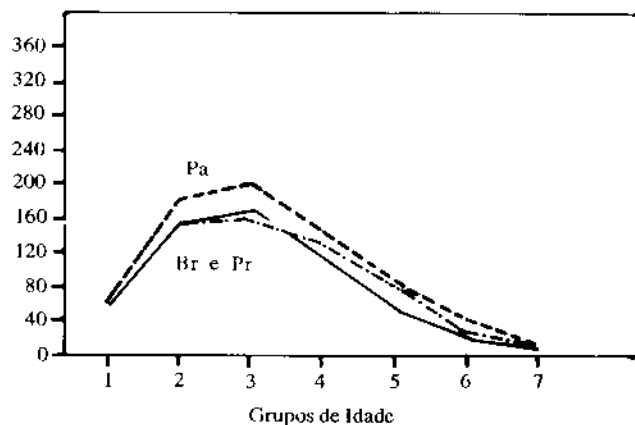
GRÁFICO 5
Taxas Específicas de Fecundidade, Mulheres Sem Instrução
Brasil
1980



FONTE: Fundação SEADE – Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980.
Extraído de Bercovich, 1987



GRÁFICO 6
Taxas Específicas de Fecundidade, Mulheres com 4 Anos ou Mais de Estudo
Brasil
1980



FONTE: Fundação SEADE – Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980.
Extraído de Bercovich, 1987.

Uma hipótese a ser testada a partir destas observações é a absorção de valores culturais da comunidade dominante, e sua influência na fecundidade para níveis mais elevados de instrução do grupo preto.

5. FECUNDIDADE MARITAL

A preocupação com a possível influência da nupcialidade na fecundidade da população preta, levou ao estudo da fecundidade marital, estimando também o “grau de controle” da fecundidade segundo metodologia proposta por Coale (1971). Deve-se ter em mente que os valores da fecundidade marital representam o número médio de filhos de mulheres que casaram com 20 anos, sobreviveram até os 49 anos, permaneceram unidas ao longo desse período, e estiveram sujeitas, durante sua vida reprodutiva, às taxas específicas de fecundidade marital observadas no Censo de 1980.

Comparou-se, na Tabela 8, a fecundidade marital e a fecundidade total por cor, com o intuito de, através das diferenças entre uma e outra para cada cor, comprovar a influência da nupcialidade na fecundidade total.

TABELA 8
 Comparação Entre Fecundidade Marital e Fecundidade Total por Cor
 Brasil
 1980

Cor	Marital (*)	Geral (**)	Diferença %
Branca	4,306	3,353	28,4
Preta	5,594	4,118	35,8
Parda	5,913	4,706	25,6

FONTE: F, SEADE – Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980

(*) Retirando a fecundidade específica do primeiro grupo etário.

(**) Taxa de fecundidade sem corrigir.

Constata-se então, o já previsível a partir dos estudos da nupcialidade: esta influi na diferença entre fecundidade da população por cor, dada à menor proporção de unidas, em geral, no grupo preto (a diferença entre fecundidade marital e geral é de 35,9%, contra 28% e 26% para os outros grupos).

O suposto implícito nesta comparação é que a qualidade das declarações de fecundidade independe do estado conjugal dentro de cada cor, ou se altera de forma parecida para todas as cores.

Ao comparar o grau de controle da fecundidade, para as mulheres unidas, observa-se que é maior entre as mulheres pretas que nas pardas, sendo o máximo atingido pelo grupo branco. Na Tabela 9 figuram os valores obtidos:

TABELA 9
 Grau de Controle de Fecundidade Marital
 Brasil
 1980

Cor	Grau de Controle da Fecundidade Marital	Desvio Padrão	M (Fator Escala)
Branca	0,693	0,097	0,665
Preta	0,507	0,063	0,787
Parda	0,405	0,125	0,796
Total	0,565	0,078	0,720

FONTE: F, SEADE – Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980

Extraído de Bercovich, 1987.



Neste estudo, considera-se como unidas, as mulheres que moravam em companhia de cônjuge, seja após casamento civil e religioso, seja em união consensual.

Da observação da Tabela 9 percebe-se que, mesmo sem considerar o efeito da nupcialidade, e de outros aspectos que interferem na reprodução, como esterilidade não voluntária, pareceria existir um maior controle da fecundidade por parte da população preta se comparada com a parda.

6. FECUNDIDADE MARITAL E INSTRUÇÃO

Analisou-se a fecundidade marital e o "grau de controle" da fecundidade para grandes grupos de instrução.

Na Tabela 10 constam os resultados obtidos para o Brasil:

TABELA 10
Grau de Controle da Fecundidade Marital por Grupos de Instrução
Brasil
1980

Nível de Instrução	Grau de Controle		
	Branca	Preta	Parda
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	0,44	0,32	0,29
4 anos e mais de estudo	0,84	0,84	0,67

FONTE: F. SEADE - Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980
Extraído de Bercovich, 1987

É interessante observar que também com o grau de controle de fecundidade marital acontece o mesmo que notamos na fecundidade total: para níveis baixos de instrução, o grau de controle de pretas e pardas é semelhante, afastando-se do comportamento das mulheres brancas, que controlam mais a fecundidade marital. Já para pessoas com no mínimo primário completo, as pretas assemelham-se em comportamento às brancas, diferenciando-se das mulheres que declararam cor parda e que aparentemente tem um grau de controle menor.

Efetivamente, para as mulheres sem instrução, existe uma diferença de quase 40% entre o grau de controle de brancas e pretas; essa diferença anula-se para o grupo que tem 4 anos ou mais de estudo. As mesmas hipóteses sobre controle de fecundidade do grupo preto para níveis mais elevados de instrução, formuladas anteriormente, podem então ser sustentadas

para a população unida.

7. FECUNDIDADE MARITAL E COR DOS CÔNJUGES

Nos itens anteriores observaram-se as particularidades do comportamento reprodutivo dependendo do nível de instrução, tanto para a população em geral, como para as mulheres unidas. Enquanto as mulheres pardas e pretas sem instrução tinham comportamento semelhante, com número médio de filhos maior que as brancas, a fecundidade das mulheres pretas com maior nível educacional, era as vezes até inferior a das brancas na mesma situação.

Com o intuito de aprofundar esta questão, estudou-se a fecundidade marital segundo categoria sócio-ocupacional do chefe da família e o nível de instrução da mulher, considerando a cor de cada cônjuge. Escolheu-se para esta análise categorias sócio-ocupacionais de modo que aproximadamente 90% das mulheres unidas de 15 a 49 anos, pertencem a famílias cujo chefe se enquadra em alguma dessas categorias (Ver descrição da classificação adotada no item 8.4).

Trabalhou-se com dois níveis de instrução que, de acordo com as análises anteriores, separam o "ponto de inflexão" nas medidas de fecundidade, ou seja, a passagem dos 3 aos 4 anos de estudos.

Na Tabela 11 pode-se observar a distribuição segundo níveis de instrução para as mulheres unidas:

TABELA 11
Proporção de Mulheres de 15 a 49 anos Unidas Segundo Nível de Instrução
Brasil
1980

Cor	Mulheres Unidas de 15 a 49 Anos		
	Sem Instrução	1 a 3 Anos de Estudo	4 Anos ou Mais de Estudo
Branca	17,6	23,5	58,9
Preta	43,1	25,8	31,1
Parda	42,4	24,6	33,0

FONTE: Estimativas a partir de Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980 - Amostra 25% - FIBGE.

Esta tabela mostra que as diferenças existentes para a totalidade das mulheres, se mantém para as unidas: 59% das brancas tem curso primário completo, enquanto somente 31 a 33% das mulheres pretas ou pardas estão nessa situação.



Quando se considera também a cor do homem com quem essas mulheres estão unidas, observa-se que, enquanto 62% das mulheres brancas unidas com homem da mesma cor têm primário completo, somente 35% e 47% das mulheres brancas casadas com pretos ou pardos têm esse nível de instrução. Já para as mulheres pretas ou pardas, as categorias são mais homogêneas: 34% das pretas unidas com branco têm 4 anos ou mais de estudos, contra 31% e 29% para as unidas com pardos ou pretos respectivamente. Este dado é importante porque mostra a necessidade de controlar por instrução as análises feitas no presente trabalho: os resultados obtidos ficam mais compreensíveis considerando-se esta situação. Estas análises foram feitas para cada uma das categorias sócio-ocupacionais consideradas, tentando descobrir elementos explicativos. Na Tabela 12 figuram os dados para o total das categorias ocupacionais.

TABELA 12
Proporção de Mulheres Com Pelo Menos Curso Primário Completo, Por Cor, Segundo a Cor do Marido (%)
Brasil
1980

Cor dos Homens	Proporção de Mulheres com 4 Anos ou Mais de Estudo		
	Branca	Cor das Mulheres Preta	Parda
Branca	61,6	34,4	40,4
Preta	35,4	31,4	29,3
Parda	46,6	28,8	31,3

FONTE: Estimativas baseadas em tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980 – Amostra 25% – FIBGE.

NOTA: Estes valores referem-se à soma das categorias escolhidas para análise.

Os valores da fecundidade marital para cada tipo de casal e categoria ocupacional do chefe da família, controlada pelo nível de instrução das mulheres, figuram na Tabela 13. Estes valores representam o número médio de filhos de mulheres que casaram com 20 anos, sobreviveram até os 49 anos, permaneceram unidas ao longo desse período, e estiveram sujeitas, durante sua vida reprodutiva, às taxas específicas de fecundidade marital observadas no Censo de 1980.

Este conjunto de valores de fecundidade parece não fornecer muito mais do que o óbvio: relação negativa entre fecundidade e nível de instrução, menor fecundidade para as famílias dos trabalhadores não manuais, maior fecundidade para as mulheres pertencentes à zona rural (neste caso representadas nas famílias chefiadas por homens com uma ocupação típica das zonas rurais), etc.. Nos Gráficos 7 e 8 representam-se os valores da Tabela 13, considerando a fecundidade de cada ocupação como função de cada tipo de união. Para facilitar a compreensão, uniram-se com linhas os valores discretos correspondentes à mesma categoria sócio-ocupacional.

TABELA 13
Fecundidade Marital das Mulheres de 20 a 49 Anos, Segundo a Cor e a Categoria Sócio-Ocupacional do Chefe da Família
Brasil
1980

Categoria Sócio-Ocupacional do Chefe	Mulheres Casadas e Cor dos Maridos											
	Mulher Branca					Mulher Preta						
	Homem		Pardo		Branco		Homem		Pardo		Branco	
	Branco	Pardo	Preto	Branco	Pardo	Preto	Branco	Preto	Branco	Pardo	Preto	
a) Mulheres sem instrução ou com até 3 anos de estudos												
Empregado em ocupações não manuais	3,77	4,99	4,55	4,39	4,50	5,73	4,50	6,01	4,50	5,32	5,80	
Empregado em ocupações manuais urbanas	4,27	5,32	5,17	5,31	5,52	5,95	4,98	5,74	4,98	5,78	6,11	
Autônomo em ocupações manuais urbanas	4,33	5,29	5,49	5,33	5,63	5,82	5,23	5,78	5,23	6,06	7,13	
Empregado em ocupações manuais rurais	5,34	6,87	6,45	6,10	6,70	7,20	6,39	7,06	6,39	7,49	7,37	
Autônomo em ocupações manuais rurais	5,40	7,37	7,14	7,11	7,23	7,40	6,87	7,49	6,87	7,49	7,37	
Não economicamente ativo	3,50	4,20	4,21	3,55	4,40	5,30	4,17	5,02	4,17	5,02	4,80	
b) Mulheres com 4 anos ou mais de estudos												
Empregado em ocupações não manuais	3,75	4,67	4,30	3,90	3,97	5,09	3,89	4,36	3,89	4,38	4,87	
Empregado em ocupações manuais urbanas	3,82	4,50	4,50	4,66	4,77	5,07	4,31	4,89	4,31	4,89	5,14	
Autônomo em ocupações manuais urbanas	3,71	4,67	4,59	4,24	4,84	5,59	4,38	5,03	4,38	5,03	6,30	
Empregado em ocupações manuais rurais	4,36	5,21	5,68	5,59	5,81	6,77	5,05	6,57	5,05	6,57	6,49	
Autônomo em ocupações manuais rurais	4,09	6,19	5,92	6,09	6,32	6,51	5,56	6,90	5,56	6,90	6,49	
Não economicamente ativo	2,88	3,51	3,50	4,22	3,66	4,29	3,44	4,24	3,44	4,24	3,98	

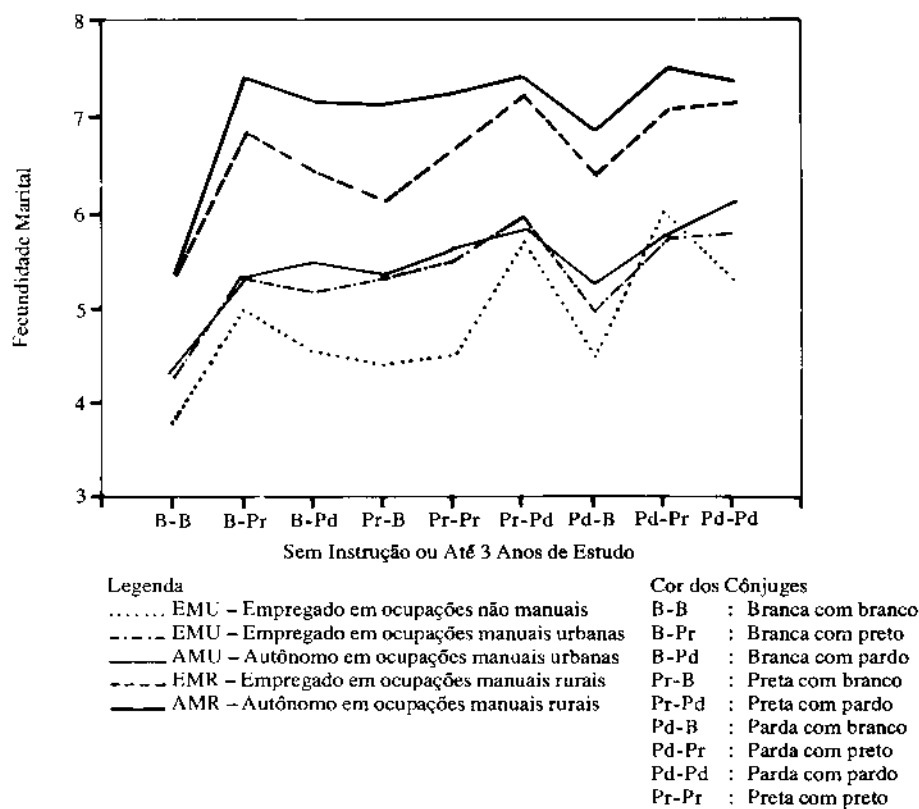
FONTE: Estimativas a partir de tabulações especiais da amostra de 25% do Centro Demográfico 1980 - FIBGE. Extraído de Bercovich, 1988.



Pode-se observar interessantes semelhanças entre os gráficos e regularidades em ambos: para todas as categorias sócio-ocupacionais do chefe da família e separando por instrução (1), as formas das curvas que ligam os valores da fecundidade marital para cada categoria sócio-ocupacional são parecidas, variando, em geral, nos níveis e nas magnitudes dos extremos relativos.

GRÁFICO 7

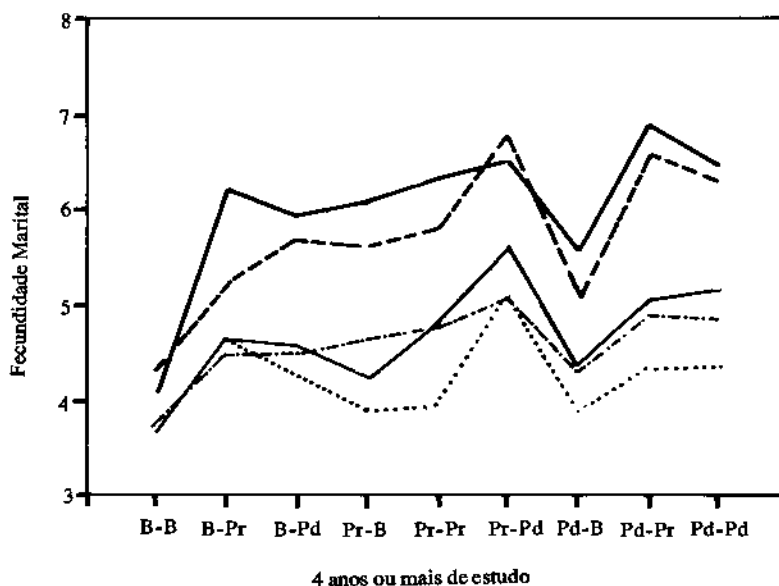
Fecundidade Marital Por Tipo de União, Mulheres Sem Instrução ou Com até 3 Anos de Estudos



FONTE: Tabela 13
Extraído de Bercovich, 1988.

GRÁFICO 8

Fecundidade Marital Por Tipo de União, Mulheres com 4 Anos ou Mais de Estudo



Legenda

- EMU – Empregado em ocupações não manuais
- EMU – Empregado em ocupações manuais urbanas
- AMU – Autônomo em ocupações manuais urbanas
- EMR – Empregado em ocupações manuais rurais
- AMR – Autônomo em ocupações manuais rurais

Cor dos Cônjuges

- B-B : Branca com branco
- B-Pr : Branca com preto
- B-Pd : Branca com pardo
- Pr-B : Preta com branco
- Pr-Pr : Preta com preto
- Pr-Pd : Preta com pardo
- Pd-B : Parda com branco
- Pd-Pr : Parda com preto
- Pd-Pd : Parda com pardo

FONTE: Tabela 13
Extraído de Bercovich, 1988.

Pode-se observar que:

- Tanto no Gráfico correspondente às mulheres com menor instrução como aquelas com pelo menos primário completo, uma clara diferença entre as curvas correspondentes às ocupações típicas da zona rural, às ocupações manuais urbanas e às ocupações não manuais, em ordem decrescente.



- Um máximo relativo para todas as categorias ocupacionais e grupos de instrução, na fecundidade de mulheres brancas casadas com homens pretos (a única exceção é na categoria de empregados manuais rurais, em que a fecundidade do casal mulher branca-homem pardo, supera a anterior, para o nível de instrução mais elevado).
- Um mínimo relativo, especialmente para as ocupações não manuais urbanas, para os casais de pretos ou constituídos por mulher preta e homem branco.
- Maior fecundidade de mulheres pretas unidas a homens pardos, em todas as categorias ocupacionais e os dois níveis de instrução.
- Taxas menores para os filhos de união de mulher parda com homem branco.

Para uma mesma categoria ocupacional existem diferenças de até 70% nos valores da fecundidade marital para as mulheres com 4 anos e mais de instrução, dependendo de que combinação entre as cores do homem e a mulher seja considerada.

Analogamente, existem diferenças de até 60% para as mulheres sem instrução ou com até 3 anos de estudos. Faz-se necessária, então, uma análise da homogeneidade interna desses grupos. Sempre que possível, foi aplicada a técnica proposta por Coale e Trussell (1974, 1978), para estimar o "grau de controle da fecundidade".

A análise dos Gráficos, além de mostrar a necessidade de aprofundamento da pesquisa, tanto na medida do "grau de homogeneidade" intragrupo, como na distância entre eles, ou na regionalização, para levar em consideração a localização espacial, permitiu fazer algumas observações e formular hipóteses:

- A regularidade na forma das curvas por ocupação em ambos os gráficos, valida a consistência das estimativas de fecundidade marital efetuadas, mesmo nos casos em que o número pequeno de observações impediu o ajuste do modelo de Coale e Trussell (1971). Ou seja, mais que a confiança num único indicador, é a constância do comportamento em todas as categorias, o indício de uma relação efetiva entre os conjuntos estudados.
- Pela forma das curvas nos gráficos 7 e 8, parece factível que uma vertente da hipótese de "minority group status" (Goldscheider e Uhlemberg, 1969) tenha sentido para a minoria preta no Brasil. Também parece induzir à rejeição da hipótese de "características sociais" para explicar as diferenças de fecundidade no Brasil, hipótese também rejeitada por Wood e Webster (1987), no caso da mortalidade. Com efeito, as diferenças na fecundidade continuam mesmo quando se focaliza uma categoria ocupacional e um nível de instrução.

Segundo Goldscheider e Uhlemberg (1969), a minoria estaria "aculturada", quer dizer, adotaria as normas e valores da maioria dominante. Esta assimilação não se daria por completo, dada a discriminação racial existente na sociedade. Isto provocaria insegurança no grupo minoritário, que limitaria sua fecundidade para solidificar a sua situação. Esse efeito é esperado com maior intensidade nos casais suficientemente inseridos na sociedade, ou seja, sobre casais de maior "status" sócio-econômico (Bean e Marcum, 1978). Os trabalhos de Ritchey (1979) e

de Roberts and Lee (1974), reforçam esta tese.

A hipótese de “características”, argumenta contrariamente (Johnson, 1979) que as variações existem unicamente por causa das diferenças sócio-econômicas entre os diversos grupos de população: superadas estas diferenças, a fecundidade de brancos, pretos e pardos chegaria a um único patamar.

Analisando os Gráficos 8 e 9, vemos que nas ocupações que simbolizariam maior “status” relativo, ou seja, as dos trabalhadores não manuais, tanto a fecundidade dos casais pretos, como da união de preta com branco, tem fecundidade menor, especialmente para níveis mais elevados de instrução. Uma versão algo modificada da tese enunciada anteriormente seria aplicável: comparando com os outros casais, talvez numa atitude defensiva, fizesse que este tipo de pares incorporasse com maior intensidade os padrões reprodutivos do grupo dominante. A comparação feita com o grupo pardo (com o qual existe maior homogeneidade na composição social), mostraria o sintoma de “status minoritário”, ao reduzir a fecundidade a níveis inferiores aos deste grupo.

Um estudo mais detalhado considerando as diferenças regionais é o seguinte passo desta pesquisa, já que poderia ajudar a delimitar os contextos em que as situações “de minoria” poderiam acontecer, e seus efeitos na fecundidade.

Nos capítulos anteriores, os indicadores de fecundidade e fecundidade marital por nível de instrução, conduziram, por outra via, a enunciação de uma hipótese semelhante.

Parece factível que a tese de “características” sócio-econômicas, possa ser rejeitada no caso brasileiro. A discriminação racial e a conseqüente desigualdade de oportunidades mostrada por diversos trabalhos (Oliveira et alii, 1981; Silva, 1978; Hasenbalg, 1985, entre outros), dificultam pensar nos requisitos prévios para testar essa tese.

Na evolução da mortalidade infantil brasileira, Wood e Webster (1987) refere-se à “raça como preditor independente da mortalidade”, e a possível validade da “hipótese da discriminação”. É na mesma direção que apontariam os dados analisados neste trabalho, se se consideram os efeitos da discriminação além do nível institucional em que a formularam os autores, nos próprios indivíduos. Diversas publicações mostram em entrevistas com casais pretos de melhor nível sócio-econômico como a discriminação existente na sociedade obrigava-os a uma atitude defensiva (Folha de São Paulo e Revista Veja, maio 1988). O reflexo desta atitude na fecundidade seria detectado nas estimativas analisadas.

8. QUESTÕES METODOLÓGICAS

8.1. O problema da comparabilidade entre os dados

No trabalho se utilizam, para análise, as declarações de cor fornecidas pelo próprio informante nos censos demográficos.



Isto representa dificuldades, já que as respostas a essa questão não são necessariamente comparáveis ao longo do tempo, nem mesmo entre regiões para uma mesma pesquisa, dependendo das subjetividades do informante e o entrevistador. Segundo Mortara (1962), apesar dos critérios variáveis na discriminação da cor, "a maioria preponderante dos que seriam qualificados brancos ou pretos segundo padrões cientificamente determinados, fica atribuída, respectivamente, a estes grupos de cor".

O fato da questão censitária estar pré-codificada, não pareceria ser uma limitação importante, a julgar pela análise dos resultados da PNAD 1976, na qual foram formuladas as perguntas de cor em aberto e cruzadas com as informações fornecidas à pergunta tradicional, em quesitos pré-codificados para as cores branca, preta, amarela e parda, respectivamente (Oliveira et alii, 1981).

Apesar dos limites imprecisos e variáveis entre os diversos grupos, observam-se diferenças sistemáticas entre eles, impossíveis de serem atribuídas a meras variações estatísticas, encorajando a abordagem aqui proposta.

A relação entre raça e autodenominação de cor nas pesquisas censitárias, é uma discussão complexa e pertinente, que não é abordada neste trabalho.

8.2. Os dados do Censo de 1960, e a comparabilidade com 1980

Para algumas análises foram utilizadas tabulações especiais, já que a publicação não oferecia o nível de desagregação necessário. Foi o caso das estimativas de fecundidade por cor para o Censo de 1960. Não estavam disponíveis na FIBGE a totalidade das fitas dos Estados do Brasil, como consequência dos problemas na apuração dos dados de 1960. Trabalhou-se então, com a soma dos registros pertencentes aos estados disponíveis na FIBGE. Ficaram excluídos da análise os estados da Região Norte, Maranhão, Espírito Santo, Piauí, Guanabara e Santa Catarina. Em termos de mulheres de 15 anos e mais – o grupo de interesse para este estudo – isto representa uma falta de 20,4%.

Para que estes dados fossem comparáveis aos de 1980, foi feita uma segunda apuração para 1980 – chamada 1980p. no trabalho – retirando as unidades não disponíveis para 1960, de modo que, quando se trabalhava exclusivamente com dados de 1960 e 1980, se utilizavam magnitudes compatíveis. Para outras comparações, utilizou-se o dado global para 1980, denominado 1980 t. no texto. A ausência da indicação implica a utilização do valor correspondente ao total do Brasil.

8.3. Técnicas utilizadas

Para avaliar a fecundidade total, utilizou-se a técnica P/F de Brass (1968), incorporando a variante proposta por Coale & Trussell (1974). Como para os anos de 1940, 1950 e 1960 não se dispunha de dados para os nascidos no último ano, utilizou-se a técnica de padronização proposta por Carvalho (1974), que consiste em imputar um padrão de fecundidade que,

pelas análises realizadas, seja compatível com os dados em estudo e alterar o nível de modo a ficar coerente com as informações sobre parturição disponíveis. Escolheu-se como aproximação do padrão do período, o padrão de fecundidade do Brasil em 1970, após vários ensaios e comparações das correspondentes parturições para diversos anos, Unidades da Federação e cores. Também o padrão de Minas Gerais em 1970 seria aceitável pelos critérios adotados na escolha, tendo sido testadas as distribuições de fecundidade da Bahia 1970, Brasil rural 1970 e várias combinações de cor e região para 1980. Observou-se também que as estimativas de fecundidade são sensíveis à variações no padrão, recomendando-se cautela na utilização dos resultados, especialmente para datas mais afastadas.

A constância das conclusões retiradas a partir de metodologias de estimação alternativas, com diferenças sistemáticas entre os níveis de fecundidade correspondentes aos distintos grupos de cor, mais do que a confiança num único tipo de indicador, nos conduziram à confirmação das hipóteses elaboradas.

8.4. Categorias sócio-ocupacionais

A classificação em categorias sócio-ocupacionais adotada é a definida no trabalho de Jorge et alii (1984), e tinha como objetivo analisar a força de trabalho no marco do enfoque teórico "adotado nos estudos de Elizabeth Jelin, Paulo Renato Costa Souza, Machado da Silva e Lente Lopes", tentando identificar as diversas formas de organização da produção, e sua articulação com o sistema econômico.

As variáveis classificatórias usadas foram: posição na ocupação, como aproximação às diversas formas de inserção na produção; ocupação, distinguindo as manuais e não manuais, considerando a hierarquia na produção quando possível. Os trabalhadores não manuais foram também qualificados pelo nível de instrução formal requerido pela ocupação. No caso dos trabalhadores manuais, distinguiu-se o tipo de especialização setorial. Em todos os casos, considerou-se o setor de atividade em que essas ocupações eram exercidas. Adotou-se a classificação agregada, apesar de não ser a mais satisfatória, porque o número de observações necessários para se ter uma estimativa não viesada da fecundidade marital assim o exigia. Porém, algumas categorias serão desagregadas no futuro.

Escolheram-se para análise os seguintes grupos: empregados em ocupação não manuais urbanas, empregados em ocupações manuais urbanas, autônomos em ocupações manuais urbanas, empregados em ocupações manuais rurais, autônomos em ocupações manuais rurais, e não economicamente ativos. Selecionaram-se estas categorias por serem as mais representativas, permitindo a análise da fecundidade. Considerando-as em seu conjunto, 87% das mulheres brancas, 91% das pretas e 90% das pardas pertencem a famílias cujo chefe se enquadra em algum desses agrupamentos.

Ao separar as informações segundo situação de domicílio, observou-se que a grande maioria das pessoas que se enquadravam em ocupações tipicamente urbanas, moravam na zona urbana, o mesmo podia-se dizer das ocupações tipicamente rurais. Considerando que a delimitação "administrativa" do IBGE sobre situação urbana e rural permitia alocar nas zonas rurais



algumas aglomerações urbanas e vice-versa, decidiu-se considerar estas categorias como representativas da situação, independentemente da localização urbana-rural. Os testes feitos posteriormente validaram esta decisão, pois os indicadores de fecundidade urbanos e rurais para as diversas categorias, coincidiram com os indicadores agregados nas zonas respectivas.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados levaram a algumas constatações interessantes, deixando questões em aberto que sugerem futuras linhas de pesquisa.

Observou-se que:

- As peculiaridades do comportamento reprodutivo das mulheres autodenominadas pretas com respeito aos outros grupos, impossibilita o tratamento conjunto de pardos e pretos como "população negra", como propuseram autores que trataram outros aspectos relativos à raça negra no Brasil (Oliveira et alii, 1981).
- Até os anos sessenta, a fecundidade da mulher preta foi sempre mais baixa que a da parda ou branca. Esta relação inverte-se a partir dos anos 70, como consequência do intenso decréscimo dos níveis de fecundidade das mulheres brancas.
- A menor fecundidade das mulheres pretas está relacionada a pelo menos dois fatores:
 - a) a menor proporção de mulheres pretas que se unem;
 - b) a menor proporção de mulheres proflícas, mesmo entre aquelas em algum tipo de união. Seria este talvez um indicador de esterilidade?Cabe acrescentar que as mulheres proflícas, têm uma média de filhos maior que as brancas para todos os anos estudados e sempre menor que a das pardas.

O apelo a dados históricos permitiu também constatações interessantes. Assim comparando-se a estimativa de Slenes (1986) para a população escrava em 1872 com resultados do Censo de 1980 (o único que permitia tal cálculo), chegamos surpreendentemente à resultados semelhantes. Slenes estimou em 138,0 a relação entre crianças nascidas no último ano em mulheres pretas de 15 a 44 anos, os dados de 1980 apontam para a mesma relação (sem ajustes) o valor de 136,7. Comparando agora a estimativa "realista" de Slenes e a estimativa ajustada para 1980, chega-se igualmente a valores muito próximos (166,3 e 164,0), respectivamente. Certamente trata-se de coincidência, mas é impossível resistir à tentação de enunciar a seguinte questão: existiu a transição de fecundidade na população de mulheres pretas no Brasil ao longo do século?

Alguns indicadores que pudemos calcular apontaram no sentido de mostrar que esta transição, se existiu, foi muito tenue. Assim, as taxas de fecundidade total para 1940 e 1980 passaram de 5,53 para 5,12 filhos por mulher ao final do período reprodutivo. Isto representa uma queda de 7%, pequena demais para um período de 40 anos, se comparado aos 43% que

experimentou a população branca. Tomando outros indicadores, as diferenças são ainda menores. Na verdade, a idade das pretas apresenta leves aumentos até 1960, e nos anos setenta começa a decrescer, porém suavemente, como mostra a análise conjunta desses indicadores e as pirâmides etárias (Berquó, Bercovich e Tamburo, 1986).

- A comparação com dados dos EUA, mostra que a situação brasileira era diferente da situação deste país: a fecundidade calculada por Farley para os escravos americanos aos fins do século passado, superava em 53% o valor estimado para os escravos brasileiros (Slenc, 1986). Por outro lado, como mostra o trabalho de reconstrução da série histórica da fecundidade negra dos EUA (Coale, 1973), esta foi sempre maior que a fecundidade branca, tanto no século passado como no atual.
- O cruzamento com instrução permitiu duas constatações interessantes:
 - a) tomando-se inicialmente as mulheres sem instrução, pretas e pardas apresentam comportamento de fecundidade semelhante. Diferenciam-se entretanto das brancas, cuja fecundidade é menor.
 - b) comparando-se mulheres com escolaridade de 4 anos ou mais, os resultados são diferentes: neste nível de instrução, o comportamento reprodutivo da mulher preta assemelha-se ao da branca, mas diferencia-se do grupo pardo, cuja fecundidade tende a ser 20% maior. Será que as mulheres pretas que conseguem atingir esse nível de instrução seriam mais sensíveis aos valores culturais do grupo dominante?
- Detalhando-se no estudo da fecundidade marital, os resultados mostram um grau maior de controle da fecundidade por parte das mulheres pretas com respeito às pardas. Analisando esta variável segundo níveis de instrução, observa-se comportamento semelhante ao estudado no item anterior.
- Os resultados da análise da fecundidade marital segundo a cor dos cônjuges e categorias sócio-ocupacionais do chefe da família, somam argumentos em favor da questão levantada nos últimos dois itens: controlando por categoria sócio-ocupacional e instrução, persistem diferenças nas estimativas de fecundidade, dependendo da cor dos integrantes do casal.

Essas observações levam a pensar na influência da cor como fator independente nas variações de fecundidade. Se a hipótese que explica melhor esta situação é a de "minority group status" (Goldscheider e Uhlenberg, 1969), ou a "hipótese da discriminação" (Wood e Webster, 1987), estendida do nível institucional em que a formularam seus autores no estudo da mortalidade, para o nível social, ou se ambas não são mais que manifestações de uma mesma situação em distintas esferas, é sujeito de uma discussão que precisa de aprofundamento, tanto nas análises, como na formulação teórica correspondente.

NOTAS

- 1 - Esse controle permite uma relativa homogeneidade de pretas e pardas como apontado antes.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAN, Frank D. and MARCUM, Joseph. P. – 1978. Differential Fertility and the Minority Group Status Hypothesis: An assessment and Review. In: *The Demography of Racial and Ethnic Groups*. New York. Academic Press.
- BERCOVICH, Alicia - 1986. Sensibilidade das estimativas de fecundidade e mortalidade a alguns erros nas informações primárias. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais do Quinto Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo, ABEP, v. 3, p. 1255-83.
- - 1987. *Fecundidade da mulher negra: constatações e questões*. Campinas, NEPO/UNICAMP. (Textos NEPO 11).
- - 1986. Fecundidade marital e cor dos cônjuges: uma hipótese revisitada. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais do Quinto Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo, ABEP, v. 3, p. 341-58.
- BERQUÓ, Elza S., et alii - 1986. *Estudo da dinâmica demográfica da população negra no Brasil*. Campinas, NEPO/UNICAMP. (Textos NEPO 9).
- BERQUÓ, Elza - 1988. *Algumas considerações sobre o perfil demográfico dos negros no Brasil*. Gainesville, University of Flórida (Trabalho apresentado na Reunião "The Demography of Inequality in Contemporary Latin America").
- BRASS, William et alii - 1968. *The Demography of Tropical Africa*. Princeton University Press.
- CARVALHO, José Alberto M. de - 1974. Regional trends in fertility and mortality in Brasil. *Population Studies*, 28 (3).
- COALE, Ansley J. - 1971. Age Patterns of marriage. *Population Studies*, 25 (2).
- - 1973. A Statistical Reconstruction of the black population of the United States, 1880 - 1970: estimates of the true numbers by age and sex, birth rates, and total fertility. *Population Index* - vol. 39, nº 1.
- and TRUSSELL - 1974. Model Fertility Schedules: Variations in the age structure of childbearing in human populations. *Population Index*, vol. 40, nº 2.
- - 1978. Technical Note: Finding the two parameters that specify a model schedule of marital fertility. *Population Index*, nº 44.
- COMMITTEE ON POPULATION AND DEMOGRAPHY - 1983. *Levels and Recent Trends in fertility and mortality in Brazil*. Washington, D. C., National Academy Press.

- ENGERMAN, Stanley L. - 1978. Changes in Black Fertility, 1880 - 1940. In: *Family and Population in Nineteenth - Century in America*. Princeton University Press, Princeton.
- GOLDSCHIEDER, Calvin and UHLEMBERG, P. R. - 1969. Minority Group Status and Fertility. *American Journal of Sociology*, nº 74.
- HASENBALG, Carlos A. - 1985. Race and socioeconomic inequalities in Brazil. In: *Race, Class and Power in Brazil*. Los Angeles, University of California.
- JOHNSON, N. E. - 1979. Minority group status and the fertility of black american. 1970: A new look. *American Journal of Sociology*, nº 84.
- JORGE, Angela F. et alii - 1984. Categorias sócio-ocupacionais: uma perspectiva para análise da força de trabalho e da distribuição de rendimentos no Brasil. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais do Quarto Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, São Paulo, ABEP, v. 1, p. 77-110.
- MORTARA, Giorgio - 1953. A fecundidade das mulheres e a sobrevivência dos filhos nos diversos grupos de cor da população do Brasil. Rio de Janeiro. IBGE. (Estudos Demográficos 173).
- OLIVEIRA, L. E. G. de et alii - 1983. O lugar do negro na força de trabalho. Rio de Janeiro. IBGE, 86 p.
- RITCHEY, P. N. - 1975. The effect of minority group status on Fertility: a re-examination of concepts. *Population Studies*, 29.
- ROBERST, R. E. and LEE, E. S. - 1974. Minority group status and Fertility revisited. *American Journal of Sociology*, nº 80.
- SILVA, Nelson do Vale - 1978. *Black-white income differentials: Brazil 1960*. Ph. D. dissertation, University of Michigan.
- - 1985. Updating the cost of not being white in Brazil. In: *Race, Class and Power in Brazil*. Los Angeles, University of California.
- SLENES, Robert W. - 1986. As taxas de fecundidade da população escrava brasileira na década de 1870: estimativas e implicações. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais do Quinto Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo, ABEP, v. 1 p. 53-71.
- TAMBURO, Estela M. Garcia - 1987. *Mortalidade Infantil da População Negra Brasileira*. Campinas, NEPO/UNICAMP, (Textos NEPO 11).
- WOOD, Charles H. and WEBSTER P. L. - 1987. *Racial Inequality and child mortality in Brazil*. University of Florida.



ABSTRACT – The evolution of fertility of black population in Brazil is examined, with reference to the period from 1940 to 1984. In this analysis new elements and techniques are incorporated, in order to reconstruct the evolution of general fertility in the period, as well as estimates of marital fertility. The procedure allows, partly done, to decompose the influence of age at first union and of celibacy on fertility estimates, thus elaborating hypotheses on voluntary control of the number of children and sterility in the different ethnical groups.

Working with socio-occupational categories and educational levels, it is shown that marital fertility is sensible to changes in social group depending on the color of spouses. This leads to an old theme in Brazil: in which measure are socio-economic factors the only responsible for recorded differences in demographic indicators, or would these persist even for socio-economically homogeneous groups? Arguments favoring the last standing are summed up, in what refers to fertility.